



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Noroeste - Núcleo de Apoio Regional de Arinos

Parecer nº 127/IEF/NAR ARINOS/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0070391/2021-73

### PARECER ÚNICO

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: <b>PATRÍCIA SILVA LAZARON</b>	CPF/CNPJ: <b>731.219.831-72</b>	
Endereço Correspondência: <b>AVENIDA MINAS GERAIS, Nº 451</b>	Bairro: <b>CENTRO</b>	
Município: <b>BURITIS</b>	UF: <b>MG</b>	CEP: <b>38660000</b>
Telefone: <b>(38) 9 9963-9395</b>	E-mail: <b>vitorhugoapolinario@hotmail.com</b>	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( x ) Sim, ir para item 3 ( ) Não, ir para item 2

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:	
Endereço:	Bairro:	
Município:	UF:	CEP:
Telefone:	E-mail:	

#### 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: <b>Fazenda Mirante</b>	Área Total (ha): <b>37,7104</b>
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Mat. 14.340	Município/UF: Buritis - MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): <b>MG-3109303-944F.8814.330E.4C40.9449.6DBF.D1F9.C3DD</b>	

#### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de Cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo.	9,90	ha

#### 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de Cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo.	9,90	ha	23K	322211	8298598

#### 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura	Sequeiro	9,90

#### 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Cerrado Típico		9,90

#### 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de Floresta Nativa	Uso interno no imóvel ou empreendimento	180,00	m <sup>3</sup>

#### 1. HISTÓRICO

- Data da formalização: 14/12/2021
- Data da Vistoria: 10/02/2022
- Apresentação de Informações Complementares: 10/03/2022

- Data da emissão do parecer técnico: 05/04/2022

## 2.OBJETIVO

É objeto deste parecer é a análise da solicitação Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo de 9,90 hectares para agricultura de sequeiro.

## 3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominada Fazenda Mirante, “está localizado no município de Buritis – MG e possui uma área total de 37,7104 ha equivalente á 0,58 módulos fiscais, a propriedade está inserida no bioma cerrado, a intervenção da atividade a ser desenvolvida com a supressão, corresponde com a modalidade não passível de licenciamento.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

Foi realizado o Cadastro ambiental Rural da propriedade sob os nº.

MG-3109303-944F.8814.330E.4C40.9449.6DBF.D1F9.C3DD, ocorre diferença aceitável entre a área declarada e a área obtida no sistema de georreferenciamento do CAR, mas a diferença é aceitável e está condizente com a realidade da propriedade.

- Área total indicada no CAR: 37,71 ha
- Área de Reserva legal indicada no CAR: 08,00 há ou 21,21%;
- Área de Preservação Permanente indicada no CAR: 07,31 ha;
- Área de uso antrópico consolidado indicado no CAR: 0,0ha.

- Situação da área de reserva legal:

( x ) A área está preservada: 08,00 ha

( ) A área está em recuperação: 0,0 ha

( ) A área deverá ser recuperada: 0,0 ha.

- Formalização da Reserva Legal:

( x ) Proposta no CAR ( ) Averbada ( ) Aprovada e Não Averbada.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( x ) Dentro do próprio imóvel;

( ) Compensação em outro imóvel rural de mesma titularidade;

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade.

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

A área de Reserva Legal está disposta em 01 (um) fragmento dentro do empreendimento.

- Parecer Sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no nº. MG-3109303-944F.8814.330E.4C40.9449.6DBF.D1F9.C3DD apresentado, cuja a ultima versão do cadastro no SICAR foi realizada dia 05/04/2022, onde o proprietário aderiu ao PRA, as informações apresentadas correspondem com as constatações feitas durante a vistoria realizada, imagem de satélite da área e o mapa apresentado e documentações apresentada. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente possui a quantidade não inferior á 20% da área da propriedade conforme exigido por lei.

Assim sendo, o Cadastro Ambiental Rural da propriedade encontra-se apto a ser APROVADO.

## 4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo de 9,90 hectares para agricultura, está inserida no bioma cerrado e não encontra-se antropizado.

Foram identificadas espécies protegidas por lei, espécimes de pequiheiro (Caryocar brasiliense) na área requerida para supressão e segundo a Lei nº. 20.308 de 27 julho de 2012, Art. 2º, Inciso III e art.3º que corrige Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.743, de 15 de dezembro de 1988, só permite a supressão dos pequiheiros “em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente”.

Taxa de Expediente: Análise Supressão de Cobertura Vegetal Nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do R\$ 528,50

Taxa florestal: Taxa referente à: 180 m<sup>3</sup> de Lenha de Vegetação Nativa R\$ 993,89

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: **23118970**

### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade Natural:

O local de intervenção encontra-se com 67% muito Alta e 33% Alta.

- Prioridade para conservação da flora:

A propriedade encontra-se em sua totalidade como baixa para conservação da flora.

- Prioridade para conservação Biodiversitas:

A área de supressão encontra-se muito alta para áreas prioritárias para conservação.

- Unidade de Conservação:

A propriedade não está inserida em unidades de conservação e não está inserida em área de amortecimento de Unidade de Conservação.

- Área Indígenas ou quilombolas:

A propriedade está fora de área indígenas e/ou quilombolas.

- A propriedade não está inserida em área de conflito pelo uso de água

#### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

Conforme o resultado gerado no simulador de enquadramento na DN COPAM nº217/2017, para uso alternativo do solo de 9,90 hectares para a atividade de agrícola de sequeiro, esta atividade se enquadra nas modalidades de licenciamento não passível.

#### **4.3 Vistoria realizada:**

No dia 10 de Fevereiro de 2022 foi realizada a vistoria técnica na Fazenda Mirante no Município de Buritis-MG, com intuito de verificar o requerimento do processo SEI **2100.01.0070391/2021-73** para a Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo em 09,90 ha, para Culturas Anuais.

Foi verificado a área requisitada para a supressão de 09,90 hectares, a área não encontra-se antropizada e sua tipologia é de cerrado típico, a área tem a presença de pequizeiros conforme observado em vistoria.

Não foi apresentado Inventário Florestal, uma vez que a área requisitada é inferior á 10 hectares.

A área de Reserva Legal encontra-se preservada, formando ligação com áreas de preservação permanente e de vegetação nativa dos vizinhos.

##### 4.3.1 Características físicas:

Topografia: A topografia do empreendimento, na área requerida varia de suave ondulada a ondulada.

solo: Na área do empreendimento predomina os Neossolos Litólicos Distrófico - RLd1 e o Latossolo Vermelho amarelo Distrófico.

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: A área de supressão está inserida no bioma cerrado típico, com presença de pastagem.

- Fauna: Mastofauna (veado mateiro, veado catingueiro, tatu, raposa, soim, morcego) Avifauna (anú branco, anú preto, andorinha doméstica, beija-flor, carcará, queroquero, siriema, urubú, de cara preta, ema, garça entre outros)

Herpetofauna (cobra coral, cascavel, gibóia, jararaca.

#### **4.4 Alternativa técnica e locacional:**

Não foi apresentado alternativa técnica e locacional entendendo que a forma que causaria o menos impacto ambiental seria esta apresentada.

### **5. ANÁLISE TÉCNICA**

A Intervenção com Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo de 9,90 hectares para agricultura em sequeiro, está inserida no bioma cerrado e não se encontra antropizado.

Será utilizada a área para produção de grãos de forma que não será permitido a supressão dos pequizeiros, onde os mesmos não serão dificultadores para implantação do projeto, uma vez que a área não encontra-se antropizada desta forma não é permitido a supressão dos mesmos.

A propriedade possui uma área total 37,71 hectares equivalente á 0,58 módulos fiscais e 8,0 hectares de Reserva Legal (apresentado como proposta no CAR) que representa 21,21%do total do empreendimento.

A área indicada no CAR para Reserva Legal é da tipologia de cerrado típico, está preservada e forma

corredores ecológicos com outros fragmentos de vegetação nativa na propriedade e com as propriedades vizinhas.

Sugere-se o deferimento do pedido de supressão de 9,9 hectares, mantendo todos os pequizeiros presentes na área requerida.

### **5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

Impactos no meio físico - revolvimento, compactação, exposição do solo, erosão superficial e modificação da paisagem, alteração da qualidade da água pelo carreamento de sólidos, emissão de material particulado.

Mitigação - adotar programas de conservação de água e solo, agilizar a cobertura do solo.

Impacto no meio biótico - retirada de vegetação, aumento do efeito de borda, perda de habitat' para a fauna, perda de biodiversidade e aumento de stress da fauna.

Mitigação - prevenção ao fogo, resgate de animais e soltura nas APP's e reserva legal do empreendimento, controle de caça, medidas de prevenção de incêndio e construção de aceiros, forção de corredores ecológicos.

Sugerimos adoção de técnicas conservacionistas de solo, para o controle de erosão. das áreas de preservação permanentes e reserva legal do empreendimento.

Meio sócio econômico - aumento da produção de alimentos, através da produção de alimentos e proporcionando geração de emprego.

## **6.CONTROLE PROCESSUAL**

Fica dispensada a realização de Manifestação Jurídica por parte do Núcleo de Controle Processual-NCP, conforme previsão contida no Art.44, inciso II do Decreto Estadual nº 47.892 de 23 de março de 2020, o qual estabelece o regulamento do Instituto Estadual de Florestas, assim:

Art. 44 - O Núcleo de Controle Processual tem como competência coordenar a tramitação de processos administrativos de competência da unidade regional do IEF, bem como prestar assessoramento às demais unidades administrativas em sua área de abrangência, respeitadas as competências da Procuradoria do IEF, com atribuições de:

II - realizar, quando solicitado pelo Supervisor Regional, o controle processual dos processos administrativos de intervenção ambiental de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar, bem como dos demais processos administrativos de interesse do IEF.

Diante do exposto, a fim de dar maior celeridade quanto ao procedimento de análise, estando a possibilidade de dispensa acoberta pela legislação mencionada, determino o prosseguimento do feito.

## **7.CONCLUSÃO**

Somos pelo DEFERIMENTO da solicitação de supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo de 9,9 hectares para implantação de agricultura de sequeiro, cuja volumetria total é de 180 m<sup>3</sup> para aproveitamento como lenha, para uso interno na própria Fazenda Mirante, propriedade de Patrícia Silva Lazon, no município de Buritis- MG, mantendo todos os pequizeiros presentes na área requerida.

Cabe esclarecer que a Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Noroeste, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta autorização, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto à eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável (is) e/ou sua(s) responsável (is) técnica(s).

Ressalta-se que esta autorização em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis, regularização ambiental e outorga pelo uso da água.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Noroeste, tornam o empreendimento em questão passível de atuação.

## **8.REPOSIÇÃO FLORESTAL**

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

( x ) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

Formação de florestas, próprias ou fomentadas

Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 9.CONDICIONANTES

### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Realizar a retificação do Cadastro Ambiental Rural - CAR, atualizando as áreas da propriedade com relação ao uso e ocupação do solo das áreas autorizadas para as intervenções ambientais conforme proposta detalhada e aprovada no parecer técnico, ficando vedada a retificação do CAR referente a localização da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente aprovadas neste processo.	90 dias contados a partir da realização da intervenção

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

COPAM / URC     SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Nilson Alexandre Garcia

MASP: 118.0559-5

### RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

### DISPENSADO



Documento assinado eletronicamente por **Nilson Alexandre Garcia, Servidor (a) Público (a)**, em 01/08/2022, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50651588** e o código CRC **6EF4102A**.

Referência: Processo nº 2100.01.0070391/2021-73

SEI nº 50651588